

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº ,DE 2019 (Do SR. Zeca Dirceu)

Requer a realização de Audiência Pública
nesta Comissão para debater a
reorganização das políticas públicas
na implantação da educação integral.

Senhor Presidente,

Venho requerer a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário dessa Comissão, a realização de Audiência Pública para debater o tema da Educação Integral, com a sugestão dos seguintes convidados:

- Jaqueline Moll - Professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- Miguel Aroyo - Sociólogo, educador e professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

JUSTIFICAÇÃO

Educação Integral implica mais tempo na escola mas, também, garantia da qualidade do ensino oferecido aos alunos. De forma indissociável, exige que propiciemos variadas oportunidades de aprendizagem pela via do acesso à cultura, à arte, ao esporte, à ciência e à tecnologia, com atividades articuladas e planejadas pelas escolas e sistemas, dentro do projeto político-pedagógico de cada unidade escolar. Exige, também, estímulos por parte do Governo Federal.

O Mais Educação foi um importante Programa de indução da educação integral pelo país, lançado pelo Presidente Lula, em 2007. Em sua concepção original previa atividades diversificadas, consolidadas em planos articulados para cada território. A jornada escolar diária deveria ser ampliada pela via do desenvolvimento das atividades de acompanhamento pedagógico, mas, também, com experimentação e investigação científica, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável, entre outras atividades. Com os cortes sucessivos, tal concepção é inviabilizada.

A necessária amplitude e escopo do Programa, baseado no diálogo e no trabalho comum entre escolas e territórios, com valorização de diferentes saberes e ampliação do processo formativo das crianças e jovens, a partir de diferentes espaços e linguagens, foi abandonada por Temer e Bolsonaro. Após o Golpe de 2016, o programa fica restrito em sua concepção, que passa a se destinar estritamente a melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, passando a se chamar “Novo Mais Educação”.

Com as iniciativas recentes do Governo Federal no campo da educação integral, a Meta 6 do PNE (e a metas dos planos subnacionais) que estabelece a necessidade de oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas e atender pelo menos, 25%, fica inviabilizada.

Considerando que sou relator do PL 479/2015 e no sentido de reposicionar o tema da educação integral e instruir proposições legislativas sobre o tema é que propomos o presente debate.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das comissões, 09 de abril de 2019.

ZECA DIRCEU
Deputado Federal
PT/PR